

FRJ/IEI
10356

44104-X

TEXTO PARA DISCUSSÃO

SÉRIE TEXTOS PARA DISCUSSÃO
Nº 356

REESTRUTURAÇÃO INDUSTRIAL E
REFORMAS ESTRUTURAIS: UMA
AVALIAÇÃO DA EXPERIÊNCIA
ARGENTINA

JORGE BRITTO

MARÇO DE 1996

Instituto de Economia Industrial
Universidade Federal do Rio de Janeiro

DIGITALIZADO PELA BIBLIOTECA EUGÊNIO GUDIN EM PARCERIA COM A DECANIA DO CCJE/UFRJ

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL**

SÉRIE TEXTOS PARA DISCUSSÃO - Nº 356
REESTRUTURAÇÃO INDUSTRIAL E REFORMAS ESTRUTURAIS: UMA
AVALIAÇÃO DA EXPERIÊNCIA ARGENTINA
MARÇO DE 1996

JORGE BRITTO*



43 - 016787

* Prof. do Depart. de Economia da UFF e Doutorando do IEI-UFRJ

Reitor da UFRJ: Prof. Paulo Alcântara Gomes
Decano do CCJE: Prof. José Antônio Ortega
Diretor do Instituto de Economia: Prof. José Ricardo Tauile
Coordenador de publicações: Prof. David Kupfer
Projeto gráfico: Gláucia Aguiar
Editoração: Jorge Amaro
Ana Lucia Ribeiro
Revisão: Carla Dieguez
Impressão: Célio de Almeida Mentor
Luiz Jorge de Araújo Góes *ms 98464*
Olávio da Silva Inácio

FICHA CATALOGRÁFICA



BRITTO, Jorge Nogueira de Paiva

Reestruturação industrial e reformas estruturais: uma avaliação da experiência argentina. / Jorge Britto. -- Rio de Janeiro: UFRJ / IEI, 1995.

49 p.; 21 cm. (Texto para Discussão. IEI / UFRJ; n.356)

1. Argentina - Política Econômica, 1990. 2. Industrialização - Argentina. I. Título. II. Série.

SUMÁRIO

1- Introdução	5
2- Reestruturação Industrial e Competitividade	7
3 - Liberalização do Comércio Exterior e Reestruturação Industrial	29
4- Considerações Finais	38
Notas	46
Referências Bibliográficas	47
Últimos textos publicados	49

1- INTRODUÇÃO

No início da década de 90, a economia argentina era recorrentemente utilizada como exemplo dos percalços associados ao esforço de estabilização realizado por economias latino-americanas, os quais se refletiam em um processo perverso de desindustrialização, na grave deterioração de indicadores sociais e na crescente perda da capacidade da política econômica impor diretrizes e regras minimamente aceitas pelos agentes econômicos. Paradoxalmente, nos últimos anos – em particular com o advento do Plano de Convertibilidade implementado a partir de 1991–, a experiência argentina passou a ser vista como exemplo de sucesso, no que tange à correção dos rumos dos programas de estabilização, o que teria se refletido na recuperação dos agregados macroeconômicos, na melhoria das contas públicas e numa reespecialização positiva da estrutura industrial. Este aparente sucesso costuma ser explicado em função do enquadramento da política econômica às diretrizes gerais do discurso neo-liberal dominante, – consubstanciado nas posições do denominado *Consenso de Washington*. A forte aderência ao receituário neo-liberal manifesta-se em três princípios básicos norteadores da política econômica implementada: (i) a busca de um equilíbrio das contas públicas, a partir de um enfoque que privilegia a disciplina e a austeridade fiscal; (ii) a realização de uma série de “reformas estruturais” de cunho nitidamente desregulacionaista, orientadas para a busca de uma maior eficiência na alocação dos recursos disponíveis; (iii) a promoção de uma política de abertura comercial e financeira, buscando estimular um novo padrão de integração competitiva da economia aos fluxos internacionais de mercadorias e capitais.

Este trabalho procura avaliar criticamente as transformações em curso no âmbito do esforço de estabilização da economia argentina, identificando seus desdobramentos na

reestruturação do aparelho produtivo e na consolidação de estratégias empresariais condizentes com uma trajetória de crescimento e dinamização da estrutura industrial. Como hipótese central, admite-se que a retomada do crescimento econômico, em bases minimamente sustentáveis, requer a consolidação de uma estrutura produtiva com potencial de expansão, a partir de encadeamentos internos dotados de dinamismo suficiente para alavancar um programa mais amplo de inversões, bem como a disseminação de uma "racionalidade positiva" entre os agentes econômicos, que seja sensível ao enfrentamento dos riscos e incertezas inerentes à realização de investimentos produtivos.

O trabalho está dividido em três seções. A primeira seção analisa a evolução recente da estrutura industrial argentina, procurando demonstrar que a aparente "desindustrialização" associada à experiência argentina encobre mudanças estruturais profundas na composição setorial do produto industrial, na configuração empresarial dos principais setores e nas orientações privilegiadas pelas estratégias competitivas dos principais agentes. Em particular, discute-se a evolução de um padrão de industrialização baseado na substituição de importações (ISI), na direção de um padrão crescentemente *export oriented* (EOI). A segunda seção discute a associação existente entre a reestruturação industrial e os impactos das reformas – relacionadas à implementação de um novo regime comercial e cambial. A terceira seção identifica alguns desafios com os quais se defrontam os *policy makers* envolvidos no esforço de estabilização, abordando dois aspectos específicos: (i) as pressões sobre a competitividade da indústria, resultantes do esforço de estabilização; (ii) a articulação existente entre políticas de estabilização e a definição de uma política industrial indutora da reestruturação dinâmica do aparelho produtivo.

2- REESTRUTURAÇÃO INDUSTRIAL E COMPETITIVIDADE

2.1 - A EVOLUÇÃO RECENTE DA INDÚSTRIA ARGENTINA

Não obstante os indícios de um processo de "desindustrialização" da Argentina – evidenciada pela evolução da participação da indústria no total do PIB¹ –, diversas evidências apontam no sentido de uma reversão desta tendência no período mais recente, refletindo um processo mais complexo de reestruturação da base industrial, cujas origens remontam ao final da década de 70. Este processo de reestruturação contempla a montagem de novos setores industriais, o reposicionamento dos principais grupos econômicos e de suas respectivas estratégias e a mudança do próprio impulso dinâmico condutor do processo – de um padrão nitidamente orientado à substituição de importações para um perfil crescentemente *export-oriented*. A Tabela 1 demonstra que, não obstante a estagnação do produto industrial ao longo da década de 80, na década de 90 observa-se um processo bastante nítido de retomada do crescimento industrial, principalmente com o advento do Plano de Convertibilidade implementado em 1991. No que se refere à reestruturação setorial da indústria, dados agregados relativos à composição do PIB industrial fornecem algumas evidências sobre a mudança do padrão de industrialização. A Tabela 2 demonstra que, apesar do PIB industrial em termos agregados pouco ter se alterado entre 1980-1990, ocorreram modificações expressivas em sua composição setorial, podendo-se destacar o crescimento da produção de ferro e aço, alumínio, ramos petroquímicos, papel e tratores. Mais recentemente – entre 1990-92 –, alguns setores, que durante a década de 80 experimentaram uma nítida estagnação, vêm retomando o crescimento num ritmo bastante acelerado, podendo-se destacar a produção de motores para automóveis, que cresceu 39% em 1991 e 88,5% em 1992.

TABELA 1 - EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PRODUTO - ECONOMIA ARGENTINA

Ano	Prod. Global	Prod. Industrial	Prod. Agropec.
1950	100,0	100,0	100,0
1955	114,6	121,7	116,0
1960	132,0	149,6	115,7
1965	164,3	201,6	138,2
1970	205,4	257,0	146,0
1975	235,9	301,0	166,6
1980	258,9	293,2	182,2
1985	234,2	250,1	204,7
1990	231,4	263,2	226,8
1993	290,3	330,4	232,0

Fonte: Schvarzer (1995)

Analisando retrospectivamente o comportamento da indústria argentina na última década, é possível diferenciar três tipos de atividades. Em primeiro lugar, existem indústrias que aumentam simultaneamente a sua produção e a participação no PIB industrial. Dentre estas, destacam-se aquelas dedicadas à produção de insumos intermediários associados à dotação de recursos naturais, caracterizadas pelo baixo grau de sofisticação tecnológica e pela baixa diferenciação de produto. A participação destas indústrias no PIB industrial eleva-se de aproximadamente 20% em 1970 para mais de 30% em 1990. Em segundo lugar, existem indústrias que, apesar de relativamente estagnadas em termos do nível de produção gerado, ampliaram sua participação no PIB industrial - uma vez que este apresentou um comportamento

TABELA 2 - INDICADORES DE PRODUÇÃO MANUFATUREIRA - 1980-1994

Produção de algumas manuf.	Nível de Produção				Tx. de Crescimento (Anual)						
	1980	1990	1991	1992	1993	1994	1990	1991	1992	1993	1994
Ferro Primário (1000 ton)	1806	2902	2322	1989	n.d.	n.d.	-13,0	-20,0	-14,3	-	-
Aço Cru (1000 ton)	2706	3626	2973	2669	2870	3270	-6,4	-18,0	-10,2	7,5	13,9
Laminados a quente (1000 ton)	2653	2808	2562	2312	2857	3357	-8,3	-8,8	-9,8	23,6	17,5
Lamin. planos a frio (1000 t)	732	710	665	704	855	n.d.	-19,6	-6,3	5,9	21,4	-
Alumínio Primário (1000 ton)	138	166	168	153	171	n.d.	1,2	1,2	-8,9	11,8	-
Cimento (1000 ton)	7108	3580	4386	5019	5710	6223	-19,4	22,5	14,4	13,8	9,0
Papel (1000 ton)	704	951	993	1026	n.d.	n.d.	3,3	4,4	3,3	-	-
Ácido Sulfúrico (1000 ton)	250	202	235	222	194	n.d.	-1,0	16,3	-5,5	-12,6	-
Automotores (1000 unid)	282	100	139	262	342	409	-21,9	39,0	88,5	30,5	19,6
Tratores (unidades)	3481	4545	3595	4076	3783	n.d.	-6,7	-20,9	13,4	-7,2	-
Petróleo Cru (mil m3)	28560	28060	28440	32246	34447	n.d.	5,0	1,3	13,4	6,8	-
Gás Natural (mil m3)	13466	23018	24643	25043	26632	n.d.	-4,9	7,0	16,2	6,3	-
Poliétileno (mil ton)	33	227	256	272	245	n.d.	-0,2	12,8	6,2	-9,9	-
Televisores (1000 unid)	454	310	570	1423	1615	n.d.	6,7	83,4	149,6	13,5	-

Fonte: CEPAL (1994 e 1995) e Ministério da Economia (1994)

mediocre ao longo do período. Dentre estas, destacam-se as indústrias de alimentos e bebidas, que elevaram sua participação no PIB industrial de 21,7% em 1970 para 26,5% em 1990. Finalmente, em terceiro lugar, existem indústrias que reduzem consideravelmente o seu nível de atividade e diminuem expressivamente sua participação no PIB industrial. Dentre estas, destacam-se as indústrias de máquinas e equipamentos, que reduziram sua participação no PIB industrial de 34,6% em 1977 para menos de 20% em 1990.

Alguns autores (Nochteff, 1991, e Katz, 1993) salientam com bastante veemência os componentes de "regressividade" implícitos no processo de reestruturação da indústria argentina. Em primeiro lugar, identifica-se uma nítida ruptura em relação à capacitação produtiva acumulada na etapa de ISI, com o virtual desaparecimento de setores importantes na sustentação de um ciclo expansivo – como o de bens-de-capital, por exemplo. Em segundo lugar, observa-se que a transferência de recursos, associada ao processo de reestruturação, deu-se em prejuízo de setores geradores de vantagens competitivas dinâmicas – particularmente em detrimento de setores "science based" e de "fornecedores especializados". Em terceiro lugar, existem indícios que o processo de reespecialização da estrutura industrial – no sentido de setores intensivos em recursos naturais – resultou no enfraquecimento dos – encadeamentos produtivos associados à viabilização dos programas de inversão, face ao menor impacto dinâmico da demanda inter-industrial derivada destes programas. Em quarto lugar, observa-se que o processo de reestruturação aprofundou a heterogeneidade estrutural da indústria, tanto no plano setorial como no empresarial, resultando num alargamento dos diferenciais de produtividade e eficiência entre os agentes, o que reforçou a instabilidade potencial do sistema.

2.2 - REESTRUTURAÇÃO INDUSTRIAL E DESEMPENHO EXPORTADOR

O expressivo aumento das exportações argentinas é evidenciado pela Tabela 3, que apresenta a distribuição das exportações por tipo de produto no período compreendido entre 1983 e 1993, as quais se elevam de US\$ 7.800 milhões para US\$ 13.090 milhões, observando-se, em particular, um expressivo aumento das exportações de manufaturas de origem industrial. Por outro lado, as exportações de produtos primários apresentam uma nítida estagnação no período considerado. O perfil crescentemente *export-oriented* da dinâmica industrial argentina reflete-se no aumento das exportações per-capita e das exportações industriais per-capita nos últimos dez anos. As exportações per-capita argentinas elevaram-se de menos de US\$ 200 em 1986 para quase US\$ 500 em 1994; por outro lado as exportações industriais per-capita aumentaram de US\$ 50 em 1984 para mais de US\$ 150 em 1994. As evidências disponíveis demonstram que o *drive* exportador da economia argentina correlaciona-se mais fortemente ao processo de reestruturação produtiva do que a eventuais estímulos da política macroeconômica, como aqueles associados às variações da taxa de câmbio, por exemplo. Pelo contrário, os períodos de maiores exportações argentinas coincidiram com épocas de taxa de câmbio real baixa, enquanto as épocas de taxa de câmbio real alta coincidem com níveis de exportações decepcionantes.

Analisada retrospectivamente, a composição das exportações argentinas de manufaturas apresenta mudanças expressivas nos últimos 20 anos. Considerando a composição da pauta de exportações industriais para os períodos de 1974-76 e 1988-90, conforme apresentado na Tabela 4, observa-se que as indústrias que mais elevaram sua participação são aquelas associadas à produção de insumos bási-

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES ARGENTINAS POR TIPO DE PRODUTO - 1983-1993 (MILHÕES DE US\$)

Tipo de produto	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993
Produtos primários	3810	3770	3679	2524	1753	2420	2091	3339	3301	3475	3272
Manuf. Origem Agropec.	2639	2868	2597	2686	2826	3943	4006	4664	4927	4823	4929
Manuf. Origem Industrial	1039	1222	1541	1496	1695	2633	3186	3364	2984	2743	3666
Combustíveis e Energia	349	347	566	146	87	139	296	985	766	924	1224
TOTAL	7836	8107	8382	6852	6360	9133	9579	12353	11978	12235	13090

Fonte: Ministério da Economia (1994)

cos, o que reflete a exploração mais intensa dos recursos naturais existentes. Destaca-se também o crescimento das exportações de autopeças, que refletem o padrão particular de inserção da indústria automobilística argentina no cenário internacional. Observando a evolução das exportações segundo o seu conteúdo tecnológico - apresentada na Tabela 5 -, verifica-se que três tipos de indústria aumentaram consideravelmente sua participação no total exportado: indústrias baseadas em petróleo e intensivas em capital (de 0,5% em 1974-76 para 4,6% em 1988-90), indústrias baseadas em recursos minerais intensivas em capital (de 4,5% para 11,8%) e indústrias maduras e intensivas em capital (de 4,1% para 10,3%).

Considerando a evolução das exportações industriais argentinas de acordo com seu custo salarial - também apresentada na Tabela 4 -, observa-se que as exportações que mais se elevaram foram aquelas baseadas em baixos custos salariais, cuja participação nas exportações totais aumentou de 8% em 1974-76 para 39,6% em 1988-90. É provável que esta ênfase em exportações baseadas em baixos custos salariais tenha tido continuidade após o advento do Plano de Convertibilidade, uma vez que o diagnóstico implícito neste plano ressaltava a importância de um rígido controle dos salários, no intuito de eliminar pressões inflacionárias advindas de um acirramento do conflito distributivo. Por outro lado, a orientação crescente de uma parcela da produção para o mercado externo requer a sustentação de uma competitividade satisfatória para os setores exportadores, em termos das respectivas estruturas de custo. Como mecanismo de sustentação desta competitividade, e no intuito de compensar efeitos negativos da sobre-valorização cambial, verifica-se uma tendência à compressão dos custos salariais. Desse modo, a sustentação da rentabilidade da indústria nacional, num contexto de sobre-valorização cambial, aprisiona esta indústria numa armadilha de "competitividade espúria" que reforça o caráter regressivo do processo de reestruturação produtiva². Algumas indústrias que, no período re-

TABELA 4 - COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES INDUSTRIAIS ARGENTINAS (US\$ MIL)

Atividade	Export. Média 1974/76	Participação (%)	Participação Acumul.	Atividade	Export. Média 1988/90	Participação (%)	Participação Acumul.
Automóveis	108.448	14,57	14,57	Ind. Básicas de Ferro	786.413	24,05	24,05
Ind. Básicas de Ferro	81.566	10,96	25,53	Refinarias de petróleo	399.595	12,22	36,27
Ind. Químicas Básicas	45.655	6,13	31,66	Ind. Químicas Básicas	356.838	10,91	47,18
Máquinas de Oficina	45.338	6,09	37,75	Metais Não-ferrosos	234.143	7,16	47,34
Máq. e equi. excl. eletr.	41.283	5,55	43,30	Plásticos-Resinas	185.063	5,66	53,00
Máq. e equi. p/agric.	36.489	4,90	48,20	Autopeças	114.050	3,49	56,49
Máq. e equi. p/ indústria	34.604	4,65	52,85	Maq. de Oficina	111.900	3,42	59,91
Autopeças	30.165	4,05	56,90	Motores p/ autos	92.064	2,82	62,73
Curtumes	27.053	3,63	60,53	Máq. e equi. excl. eletr.	86.077	2,63	65,36
Produtos de couro	26.196	3,52	64,05	Máq e equi. p/ indústria	81.088	2,48	67,84

Fonte: Bisang e Kosacoff (1993)

TABELA 5 - EXPORTAÇÕES ARGENTINAS DE MANUFATURAS DE ACORDO COM O CUSTO SALARIAL E O CONTEÚDO TECNOLÓGICO

Indústria	1974/76 (%)	1988/90 (%)
1) Conteúdo Salarial		
Baixo	8,0	39,6
Médio-Baixo	49,4	32,0
Médio	21,1	18,6
Médio-Alto	11,9	9,2
Alto	0,8	0,6
TOTAL	100,0	100,0
2) Conteúdo Tecnológico		
Baseadas em petróleo e intensivas em capital	0,5	4,5
Baseadas em técnicas agrícolas intensivas em capital	9,8	5,6
Baseadas em técnicas agrícolas intensivas em trabalho	43,6	44,6
Baseadas em técnicas de mineração intensivas em capital	4,5	11,8
Maduras e intensivas em capital	4,1	10,3
Maduras e intensivas em trabalho	13,5	12,5
Novas, intensivas em capital c/ alto conteúdo tecnológico	1,1	0,7
Novas, intensivas em capital c/ cont. tecnológico baixo/médio	8,3	3,6
Novas, intensivas em trabalho c/ alto conteúdo tecnológico	4,1	2,1
Novas, intensivas em trabalho c/ cont. tecnológico baixo/médio	10,5	4,2
TOTAL	100,0	100,0

Fonte: Bezchinsky e Kosacoff (1993)

cente, obtiveram relativo sucesso em termos da exploração do *drive* exportador – como a automobilística, por exemplo – estão fortemente baseadas na compressão dos custos salariais. Em particular, algumas empresas multinacionais tendem crescentemente a utilizar a Argentina como plataforma de exportações de manufaturados com baixo grau de elaboração (fortemente baseados em insumos importados), explorando as “vantagens comparativas” propiciadas pelos baixos custos salariais.

Considerando a distribuição das exportações argentinas de acordo com o destino das vendas para o período 1985-1993 – apresentados na Tabela 6 – observam-se importantes modificações em termos dos principais parceiros comerciais do país. Em particular, destaca-se o crescimento expressivo do comércio inter-regional, resultante da criação do Mercosul. As exportações argentinas para países do Mercosul (Brasil, Uruguai e Paraguai) elevam-se de US\$ 667 milhões em 1985 (equivalentes a 7,9% das exportações totais) para US\$ 3.661 milhões em 1993 (equivalentes a 30% das exportações totais). Dentre estes parceiros, destaca-se o Brasil, para quem a Argentina exportou, somente em 1993, US\$ 2.790 milhões (equivalentes a 21,4% de suas exportações totais), conforme aponta a Tabela 7. As exportações realizadas no âmbito do Mercosul diferenciam-se consideravelmente das demais exportações argentinas, em termos da composição da pauta, observando-se um maior peso das exportações de manufaturas de origem industrial e das exportações de combustíveis (Tabela 8). A crescente associação do *drive* exportador argentino à evolução do Mercosul não deixa de ser problemática, em função de quatro aspectos: (i) a tendência ao esgotamento paulatino das complementariedades existentes entre as diferentes economias, após o impulso inicial da criação do mercado comum; (ii) o surgimento de pontos de tensão associados a uma competição entre empresas dos diferentes países, produtoras de bens substitutos; (iii) as pressões de determinados setores para a manutenção de restrições pontuais ao regime de livre comércio (com alíquota de importação zero entre os países), a ser implantado a partir de 1995; (iv) a necessidade de coordenação entre as políticas econômicas dos diferentes países e, em particular, da política cambial.

TABELA 6 - EXPORTAÇÕES POR DESTINO DAS VENDAS - 1985-1993

País	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993
Brasil	496,3	698,1	539,3	607,9	1124,0	1422,7	1488,5	1671,3	2790,6
Países baixos	856,3	735,8	617,9	1091,5	985,2	1374,6	1328,3	1212,0	1270,5
EUA	1003,6	677,9	897,6	1185,5	1151,8	1665,2	1210,1	1325,0	1258,3
Alemanha	305,6	366,9	404,7	522,3	444,1	650,8	731,7	730,8	628,8
Chile	111,1	136,8	145,9	259,3	359,9	462,3	487,7	580,9	590,8
Uruguai	99,0	129,3	168,4	187,4	207,7	262,6	310,8	383,6	512,7
Itália	300,6	285,3	232,0	339,6	290,1	523,2	573,9	524,7	505,0
Espanha	213,1	170,6	154,8	190,9	187,0	313,1	460,2	486,4	494,0
Japão	360,9	391,1	223,9	333,1	270,2	394,9	453,5	374,9	466,7
Paraguai	72,2	67,4	60,9	79,9	96,3	147,4	177,9	271,9	357,7
Irã	0,4	2,0	0,3	0,0	2,8	512,5	323,4	324,0	248,1
Venezuela	72,8	44,8	56,8	127,2	97,9	143,6	200,8	203,6	228,8
Peru	162,0	189,1	139,1	174,7	166,8	186,8	207,6	235,8	222,2
México	255,5	158,4	37,3	136,8	157,9	321,4	235,6	234,4	219,3
França	122,2	102,9	128,1	146,8	146,4	235,0	248,7	266,5	209,1
Bolívia	69,3	60,5	90,7	86,5	65,1	65,8	114,9	160,7	177,5
Bélgica	148,8	190,5	161,7	242,5	281,3	317,4	223,5	145,0	164,6
China	311,0	252,1	265,6	361,7	407,2	241,0	247,5	128,3	162,7
Reino Unido	0,2	18,7	71,8	85,1	115,6	185,9	197,1	169,2	161,8
Territ. Vinc. R. U.	8,2	8,0	23,8	38,7	46,6	59,7	74,1	106,0	156,1
Egito	143,7	90,8	38,2	139,0	32,9	134,2	141,1	156,0	135,4
Turquia	76,7	43,7	3,0	15,0	96,2	135,8	106,7	129,4	118,1
Colômbia	132,7	61,0	61,2	78,6	78,5	73,3	78,1	105,2	112,6
Subtotal	5322,2	4881,6	4823,1	6430,1	6811,6	9829,1	9621,5	9925,6	11191,4
Subtotal em %	63,4	76,8	49,5	67,1	55,1	82,3	80,3	81,1	85,5
Total	8396,0	6380,2	9134,8	9578,3	12352,5	11943,2	11977,8	12234,9	13090,5

Fonte: Ministério da Economia (1994)

TABELA 7 - PARTICIPAÇÃO DE PAÍSES DO MERCOSUL NO COMÉRCIO EXTERIOR DA ARGENTINA-(% FOB)

Anos	Exportação				Importação			
	Brasil	Paraguai	Uruguai	Mercosul	Brasil	Paraguai	Uruguai	Mercosul
1985	5,9	0,9	1,2	8,0	15,6	0,4	1,8	17,8
1986	10,2	1,0	1,9	13,1	14,6	1,0	2,0	17,6
1987	8,5	0,9	2,6	12,0	11,5	1,0	2,1	14,6
1988	6,6	0,9	2,0	9,5	18,3	1,3	2,5	22,0
1989	11,7	1,0	2,2	14,9	14,7	1,3	2,0	18,0
1990	11,5	1,2	2,1	14,8	17,6	1,0	2,8	21,5
1991	12,4	1,5	2,6	16,5	16,6	0,5	1,8	18,9
1992	13,3	2,1	3,2	18,6	22,5	0,4	2,3	25,2
1993	21,4	2,7	3,9	28,0	21,3	0,4	3,4	25,1

Fonte: Anuário Estatístico, CEPAL, 1993. Dados AIADI (para o ano de 1993)

TABELA 8 - DISTRIBUIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES ARGENTINAS PARA O MERCOSUL
JANEIRO-OUTUBRO 1994

Tipo de produto	Mercosul	Brasil	Paraguai	Uruguai	Resto do Mundo
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Produtos primários	25,3	30,8	9,2	8,9	25,8
Manuf. Orig. Agropec.	15,9	14,8	25,4	14,5	44,1
Manuf. Orig. Industrial	41,9	37,0	48,8	60,9	23,2
Combustíveis e Energia	17,1	17,4	16,6	15,7	7,0

Fonte: Kesman (1995)

2.3 - ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS E RITMO DE INVERSÃO

As informações agregadas relativas à composição setorial do produto industrial e à distribuição das exportações por produto e destino encobrem importantes mudanças qualitativas, que estão implícitas no processo de reestruturação industrial. Estas modificações apontam no sentido do reforço da heterogeneidade estrutural da indústria, resultante do aprofundamento das disparidades entre setores que conseguiram reagir positivamente às mudanças nas condições ambientais, por meio da adoção de "estratégias ofensivas" de inserção no novo padrão de industrialização, e aqueles que limitaram-se à adoção de "estratégias defensivas", procurando minimizar os impactos negativos do período de turbulência. Evidentemente, estas reações refletem-se diretamente na intensidade e na direção do processo de investimento, levado a termo pelo setor empresarial.

A principal característica das "estratégias ofensivas" bem sucedidas adotadas por determinados segmentos do setor

empresarial é a melhoria da competitividade internacional da indústria. No caso argentino, segundo avaliação de Kosacoff (1993), os impactos de uma reestruturação "ofensiva" atingem aproximadamente 40% do PIB industrial, contemplando três grandes tipos de setores. Em primeiro lugar, destaca-se o crescimento de indústrias produtoras de insumos básicos – instaladas no país a partir da segunda metade da década de 70, quando foram construídas mais de 300 plantas –, que constituem o núcleo central do crescimento de grandes grupos econômicos de origem nacional surgidos desde então. Estas indústrias cresceram a partir de uma reespecialização produtiva fortemente baseada no crescimento das exportações de insumos básicos, que se comportam como *commodities* no mercado internacional. Em segundo lugar, destacam-se indústrias tradicionais especializadas na exploração de recursos naturais abundantes, que requerem um nível reduzido de elaboração para serem colocados no mercado externo. Em relação ao primeiro grupo, a diferença básica é que estas indústrias já estavam instaladas no país quando se deu a ruptura do antigo padrão de industrialização, não envolvendo, portanto, a instalação de um novo parque industrial, e sim um processo de modernização de atividades já existentes, visando direcionar uma maior parcela da produção para o mercado externo. Dentre estas atividades, sobressaem aquelas associadas ao complexo da soja, à produção e ao refino de petróleo, à exploração de jazidas de gás natural e à produção pesqueira. Em terceiro lugar, destacam-se atividades que conseguiram elevar consideravelmente o conteúdo tecnológico dos produtos gerados, paralelamente à consolidação de um novo padrão de inserção internacional. Neste caso, o exemplo mais paradigmático é o do complexo automotriz. Ao longo do período considerado (78-93), conseguiu-se elevar a produção de veículos de 100 mil para 400 mil unidades/ano, praticamente sem elevar o nível de emprego na indústria. Para viabilizar este processo de reestruturação, as seguintes linhas de ação foram privilegiadas: (i) a utilização de um regime especial de tarifas, que

facilita a importação de peças e componentes, ao mesmo tempo em que limita, através de cotas, a importação de modelos acabados; (ii) o aumento do conteúdo importado dos veículos, reduzindo-se seu índice de nacionalização de 90% para algo em torno de 40%; (iii) a redução do número de fornecedores de autopeças de 1400 para algo em torno de 600 fornecedores, dos quais 100 se encontram atualizados tecnologicamente e 500 restringem sua atuação à reposição de peças em pequenos lotes; (iv) a crescente especialização das montadoras na produção de componentes particulares (câmbio, motores etc), adaptados às *best-practices* internacionais e direcionados preferencialmente para o mercado externo – processo reforçado pela criação de um mercado inter-regional integrado, com o advento do Mercosul.

Por outro lado, a "reestruturação defensiva" face às novas condições ambientais contempla aproximadamente 60% do PIB industrial. São estes setores os principais responsáveis pela redução do ritmo de investimento, medido pela relação FBCF/PIB, verificada no período recente. Como principal linha de ação, estes agentes privilegiam o aumento dos níveis de produtividade, visando responder ao acirramento da concorrência, mas ainda com um nítido distanciamento em relação às *best-practices* internacionais. Dessa forma, estes setores enfrentam sérios problemas de perda de competitividade internacional, ao mesmo tempo em que a diversidade do ritmo de modernização entre os diferentes agentes reforça a heterogeneidade intra-setorial. Os principais instrumentos utilizados para viabilizar o aumento de produtividade são a incorporação de mudanças organizacionais e de novas tecnologias de gestão de estoques, em conjunto com a dispensa de mão-de-obra. Verificam-se também inversões seletivas que contemplam algum nível de modernização dos processos, por meio da incorporação pontual de tecnologias de automação industrial. Mais recentemente, a itensificação do ritmo da abertura comercial estimulou a racionalização das operações por parte das empresas que optaram por estratégias "defensivas", através da elevação do conteúdo importa-

do da produção - seja pela utilização de insumos e componentes adquiridos no exterior, seja pela comercialização de produtos finais importados.

Como tendência geral, observa-se que o setor empresarial como um todo reagiu de maneira bastante tímida às mudanças no ambiente econômico, o que se reflete na intensidade do processo de retomada do ritmo de inversão. Dados levantados por Miotti (1994) para o período 1977-1994 (Tabela 9) demonstram que, não obstante o crescimento expressivo da taxa de Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) nos últimos anos (1991-1993), a relação FBCF/PIB permanecia ainda relativamente baixa, quando considerava-se sua média histórica. Em particular, parecem existir problemas alavancando um programa mais amplo de inversões, que difunda mais extensivamente os frutos de uma reestruturação "ofensiva" pelo tecido inter-industrial. Além disso, a Tabela 10 demonstra que o impulso dinâmico associado à retomada mais recente do processo de investimento - no período 1993-94 - foi fortemente carregado para o exterior na forma de importações de máquinas e equipamentos, não gerando um impacto inter-setorial efetivamente dinâmico sobre a indústria nacional.³

Quanto ao reposicionamento das estratégias dos agentes envolvidos no processo de reestruturação industrial, é útil distinguir dois atores com características distintas. Em primeiro lugar, destacam-se grandes grupos empresariais, cujo surgimento esteve associado a uma articulação orgânica entre segmentos do capital privado nacional e o Estado, no final da década de 70. Esta articulação baseou-se na concessão de subsídios e facilidades creditícias, visando viabilizar grandes projetos de investimento capazes de promover o "aprofundamento" do padrão de industrialização por substituição de importações (ISI). Inicialmente, estes grupos direcionaram sua atuação preferencialmente para a produção de insumos básicos (papel/celulose, aço, alumínio, petroquímicos básicos etc), através de grandes projetos - a maioria iniciada na administração de Martinez de Hoz.

TABELA 9 - FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO (FBCF) - 1977-1994

Ano	Taxa de crescimento da FBCF	FBCF/PIB	Ano	Taxa de crescimento da FBCF	FBCF/PIB
1977	19,36	24,08	1986	8,12	17,50
1978	-11,99	21,93	1987	14,52	19,50
1979	7,81	21,97	1988	-14,45	19,50
1980	5,34	26,60	1989	-39,32	15,70
1981	-17,62	23,60	1990	-9,9	14,20
1982	-27,51	20,40	1991	25,1	16,30
1983	-5,21	19,50	1992	30,9	19,60
1984	-9,02	18,50	1993	15,4	21,23
1985	-11,66	16,30	1994	10,9	22,10

Fonte: Miotti (1994) e CEPAL (1995)

É possível caracterizar três etapas distintas quanto às linhas de ação privilegiadas nas estratégias empresariais destes grupos. A primeira etapa - associada à instalação das plantas - baseia-se num elevado nível de integração vertical, devido à disponibilidade de crédito em condições favoráveis e à necessidade de alavancar grandes projetos, para os quais não se dispunha de uma rede de fornecedores qualificados. A segunda etapa corresponde ao período de retração do mercado interno, em um contexto macroeconômico recessivo. Nestas condições, os produtores procuraram direcionar uma parcela crescente de sua produção para o mercado externo, não obstante a instabilidade do preço internacional das *commodities*, que os obrigava à colocação do produto no mercado por um preço igual, ou até mesmo inferior, ao custo marginal de produção. A terceira etapa decorre da consta-

TABELA 10 - INVESTIMENTO FIXO BRUTO INTERNO A PREÇOS CORRENTES - COMPONENTES DE GASTO - VARIAÇÃO PERCENTUAL TRIMESTRAL - 1993-1994

Componentes	Jan/Set 1992 - Jan/Set 1993	Jan/Set 1993 - Jan/Set 1994
I. Construção	29,3	20,7
II. Máquinas e equipamentos	15,0	24,6
A. Nacional	7,9	3,0
1. Equipamentos de Transporte	11,0	19,8
Automotores	15,0	21,1
Tratores	-18,3	28,0
Outros Transportes	-2,6	2,8
Comércio de Autos Usados	4,7	6,7
2. Máquinas, Equipam. e Outros	6,3	-5,9
B. Importado	28,9	60,2
TOTAL	23,6	22,2

Fonte: Secretaria de Programación Económica, in: Ministerio da Economia (1994)

tação, por parte dos produtores, da vulnerabilidade da estratégia de especialização externa, nos termos em que ela estava colocada, devido aos seguintes fatores: a instabilidade estrutural dos preços de *commodities*; a defasagem das escalas das plantas, quando comparadas às *best practices* internacionais; o baixo grau de agregação de valor (*up grading*) para os produtos comercializados, quando comparado às tendências internacionais. Além disso, o sucesso do programa de estabilização, iniciado em 1991, e o conseqüente reaquecimento do mercado interno estimularam uma mudança de orientação nas estratégias des-

tes grupos empresariais. Por um lado, observa-se um nítido processo de diversificação de portfólios – através de fusões e aquisições de empresas – que deu origem a grupos econômicos mais sólidos, presentes em diferentes ramos de atividades. Por outro lado, intensificou-se a formação de associações/alianças entre estas empresas e grupos estrangeiros, no intuito de viabilizar a aquisição de empresas públicas privatizadas e/ou de explorar as potencialidades do mercado inter-regional em processo de integração (Mercosul). Como consequência, observa-se nitidamente um processo de concentração industrial, que privilegia os grupos empresariais dotados de maior porte econômico-financeiro, como, por exemplo, os grupos Technit, Pérez Companc, Macri, Alpargatas, Bunge & Born, Garavaglio e Zorraquín.

Outro tipo de agente que desempenha um papel de crucial importância na dinâmica de reestruturação industrial são as empresas transnacionais. Basicamente, é possível caracterizar três etapas distintas, relativas à orientação das estratégias empresariais destes agentes no período recente. A primeira etapa – compreendida entre 1978 e 1985 – associa-se ao fracasso do ajuste liberal implementado e à crescente deterioração de expectativas em função da crise da dívida. Neste contexto, a instabilidade macroeconômica não apenas estimulou uma crescente fuga de capitais, como levou diversas empresas transnacionais a se retirarem do mercado – dentre as quais destacam-se empresas do porte da GM, Olivetti, Peugeot, Squibb, Eli Lilly etc. A segunda etapa, compreendendo a segunda metade da década de 80, é marcada por sinais que indicam uma reversão da tendência à retirada de empresas transnacionais do mercado, não obstante as agruras dos episódios hiperinflacionários enfrentados ao longo do período. Dentre os fatores que explicam esta reversão, é possível destacar: (i) os indícios de resolução do problema

de endividamento externo, através do programa de capitalização da dívida e da intensificação das privatizações de empresas públicas; (ii) a consolidação de grandes grupos econômicos nacionais, que se tornam parceiros viáveis em associações destinadas a explorar as potencialidades do mercado; (iii) a expansão da fronteira de recursos naturais e a adoção de uma estratégia de reespecialização produtiva condizente com os interesses daquelas empresas; (iv) os sinais de abertura do mercado a importações e de liberalização dos fluxos de capitais.

Finalmente, uma terceira etapa - posterior a 1990 - caracteriza-se pela consolidação do processo de abertura comercial, pela aceleração do processo de privatização de empresas públicas e pelos impactos positivos do programa de estabilização implementado a partir de 1991. Os fluxos de investimento direto estrangeiro intensificaram-se consideravelmente no período recente, embora num ritmo inferior ao movimento mais geral de capitais. A Tabela 11 demonstra que, entre 1988 e 1992, estes recursos elevaram-se de US\$ 1.147 milhões para US\$ 4.693 milhões. Numa etapa inicial (1988-90), este aumento deveu-se ao movimento de conversão da dívida externa. Em uma etapa subsequente (1991-92), adquirem maior importância os investimentos realizados por meio da aquisição de participações acionárias em empresas privatizadas, além da retomada dos fluxos normais de investimento direto, em função de sinais positivos quanto à sustentabilidade do esforço de estabilização.⁴

TABELA 11 - FLUXOS DE INVESTIMENTOS DIRETOS NA ARGENTINA - 1985-1992 (US\$ MILHÕES)

	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1985-91
Modalidades de Investimento	919.0	354.5	-19.0	807.4	868.9	777.0	465.0	2852.0	4172.8
Fluxos Normais de IED									
IED através de conversão de dívida externa	0.0	219.5	0.0	339.6	159.1	815.0	0.0	0.0	1533.2
IED através de privatizações	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	416.0	1974.0	1841.0	2390.0
TOTAL	919.0	574.0	-19.0	1147.10	1028.0	2008.0	2439.0	4693.0	8096.0

Fonte: CEPAL (1994)

Neste novo contexto, amplia-se o leque de alternativas que as empresas transnacionais podem utilizar como instrumento para sustentar sua rentabilidade. Existem, pelo menos, quatro alternativas que tendem a ser crescentemente utilizadas: (i) o aproveitamento de oportunidades oferecidas pelo programa de privatização, seja no papel de "operadores técnicos" em conjunto com grupos nacionais, seja assumindo o controle efetivo de indústrias e serviços privatizados, o que se refletiu na expressiva participação destas empresas na estrutura societária das empresas privatizadas, conforme demonstra a Tabela 12; (ii) o aproveitamento das vantagens associadas à dotação favorável de recursos naturais, particularmente no setor agro-industrial e em determinados ramos de insumos básicos; (iii) a adequação das estratégias de filiais de empresas transnacionais ao movimento mais geral de globalização das atividades destes grupos, através, por exemplo, de mecanismos de *global sourcing* orientados à especialização no fornecimento de determinados componentes (particularmente importante no ramo automobilístico); (iv) a integração de atividades no âmbito inter-regional, explorando as potencialidades oferecidas pela criação do Mercosul.

Permanecem, entretanto, algumas indagações sobre o papel a ser desempenhado pelas empresas transnacionais na consolidação de um novo ciclo expansivo. Por um lado, o volume de recursos efetivamente internalizados na forma de novos investimentos diretos é bastante restrito, não contribuindo dinamicamente para sustentar o ciclo expansivo. Por outro lado, existem indícios de que o ritmo de incorporação de progresso técnico e de *upgrading* dos produtos gerados por estas empresas é menor do que o desejável. Finalmente, observa-se, em boa parte das empresas transnacionais, a persistência de uma certa indefinição estratégica, privilegiando-se comportamentos "defensivos", que tendem a postergar investimentos, aguardando a consolidação do processo de estabilização e o fortalecimento do mercado inter-regional resultante da criação do Mercosul.

TABELA 12 - EMPRESAS PARTICIPANTES DO PROGRAMA DE PRIVATIZAÇÃO - 1990-92

Empresas Participantes	Valor patrimonial	
	Milhões de US\$	%
1. Empresas Nacionais	4.607,0	27,9
2. Empresas Estrangeiras	6.821,2	41,3
3. Estado	5.104,5	30,9
TOTAL	16.532,7	100,0

Fonte: Bezchinsky e Kosacoff (1993)

3- LIBERALIZAÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR E REESTRUTURAÇÃO INDUSTRIAL

3.1 - POLÍTICA DE ESTABILIZAÇÃO E REFORMAS ESTRUTURAIS

Ao final dos anos 80, a constatação do malogro das diversas tentativas de estabilização implementadas na Argentina desde a segunda metade da década de 70 – evidenciada pelo recrudescimento de pressões hiperinflacionárias – resultou numa paulatina mudança da *rationale* que orientava a política econômica.⁵ Nesta nova perspectiva, os desequilíbrios de preços relativos são vistos não mais como a causa de pressões inflacionárias, e sim como o efeito de desequilíbrios estruturais mais amplos. Dentre estes, o diagnóstico elaborado ressaltava a má alocação dos recursos disponíveis, resultante da proteção a indústrias com baixa competitividade internacional. A agenda de reformas implícita neste diagnóstico salientava a importância da eliminação de ineficiências na sistemática de alocação de recursos, por meio de

uma acelerada abertura comercial e de uma reforma tarifária que aumentasse a exposição dos produtores nacionais à concorrência internacional. A implementação de um novo regime comercial e cambial, indutor da integração competitiva da indústria nos fluxos internacionais de comércio, constitui um dos eixos centrais destas reformas, afetando diretamente a dinâmica de reestruturação industrial da economia argentina.

Simultaneamente, este enfoque ressaltava a importância de sinalizações positivas para os agentes econômicos, em termos de determinados preços fundamentais que afetavam suas expectativas. Neste caso, particular importância é atribuída à relação salário-câmbio. Por um lado, propunha-se um rígido controle sobre a taxa de salários, de modo a sustentar a rentabilidade do setor empresarial, num contexto de adversidades, e a eliminar qualquer possibilidade de reaquecimento das pressões inflacionárias a partir da espiral preços-salários. Por outro lado, a utilização da taxa de câmbio como "âncora" sinalizadora para as expectativas dos agentes era quase natural, face à tendência arraigada entre os agentes de utilizarem esta taxa como indicadora da "coerência" da política macroeconômica. Dessa forma, optou-se por um arranjo baseado em uma taxa de câmbio fixa – com paridade de 1:1 em relação ao dólar norte-americano – e na plena convertibilidade através do mercado de câmbio. Visando sustentar esta paridade, a criação monetária foi limitada, em função do aumento das reservas de divisas. O diagnóstico implícito nestas medidas enfatizava não apenas a importância da estabilização do valor real do câmbio, como a funcionalidade desta estabilização num nível sobre-valorizado – o que representava uma mudança radical em relação às medidas de ajuste propostas durante a crise da dívida, no início da década de 80. O novo diagnóstico supunha que a manutenção de um câmbio sobre-valorizado estimularia a entrada de capitais, compensando eventuais déficits comerciais que viessem a ser gerados. Mais do que isso, estes déficits comerciais deixaram de ser vistos de forma negativa,

na medida em que diminuiriam a necessidade de lançamento de títulos do governo para cobrir eventuais superávits acumulados por exportadores, e que resultariam em pressões competitivas sobre indústrias ineficientes, permitindo uma melhor alocação de recursos e auxiliando a eliminação de pressões inflacionárias localizadas.

3.2 - A POLÍTICA DE LIBERALIZAÇÃO COMERCIAL E SEUS IMPACTOS

É possível correlacionar as mudanças na pologética cambial à implementação de uma estratégia de "liberalização" comercial – extremamente coerente com as proposições formuladas no âmbito do denominado *Consenso de Washington* – que se diferencia consideravelmente das estratégias de "abertura" comercial promovidas por países da Ásia Oriental. Basicamente, existem quatro componentes principais implícitos nas estratégias de abertura comercial implementadas por aqueles países: (i) o estabelecimento de uma taxa de câmbio real média, semelhante para exportações e importações; (ii) a manutenção da estabilidade do câmbio real ao longo do tempo; (iii) a compatibilidade do regime cambial com desvios setoriais expressivos em relação à média; (iv) a possibilidade de um descolamento persistente entre os preços relativos domésticos e aqueles vigentes no mercado internacional.

A estratégia de liberalização comercial implementada na Argentina baseia-se em pressupostos bastante distintos. Por um lado, não existe qualquer compromisso com a estabilidade do câmbio real; ao contrário, a tendência à sobre-valorização cambial é vista como funcional, na medida em que – dentro de certos limites – gera um impacto positivo sobre as contas públicas e funciona como sinalizador do compromisso do governo com a manutenção de uma "âncora" cambial que amorteça a volatilidade das

expectativas dos agentes. Por outro lado, o objetivo final da política de estabilização é alcançar um vetor de preços relativos internos próximo aos preços internacionais. Isto implica a fixação de níveis de proteção tarifária baixos e com pequena dispersão intra e inter-setorial. Entretanto, para sustentar esta estratégia ao longo do tempo, é necessário que ocorra uma convergência entre as taxas de inflação interna e externa; do contrário, aprofunda-se o processo de sobre-valorização cambial, com impactos negativos extremamente sérios sobre a indústria doméstica.

A modificação da estrutura tarifária na Argentina acelerou-se a partir de 1985, refletindo o diagnóstico de que, àquela época, a estrutura de barreiras tarifárias e não-tarifárias embutia um viés anti-exportador e uma proteção excessiva à indústria doméstica, que reforçava a ineficiência e a falta de competitividade. Após 1988, iniciou-se a implementação de uma reforma ampla, que resultou na diminuição pronunciada de tarifas e na eliminação da maioria de barreiras quantitativas e controles administrativos. A Tabela 13 demonstra que, entre 1988-91, a tarifa média incidente sobre importações reduziu-se de 28,2% para 9,7%; ao mesmo tempo, a tarifa máxima reduziu-se de 40% para 20%. Esta menor dispersão tarifária manifestou-se também na redução do universo de restrições quantitativas, como no caso de produtos sujeitos a direitos específicos, que se reduzem de 117 em 1988 para zero em 1991. Como exceções, subsistem os regimes especiais para a indústria automobilística, na forma de cotas para importação, e para a indústria eletrônica, na forma de tarifas relativamente mais elevadas que deverão ser progressivamente reduzidas.

TABELA 13 - ESTRUTURA TARIFÁRIA VICENTE NA ECONOMIA ARGENTINA - 1988-91

	Posic. 1988	Out 89	Jan 90	Mar 90	Mai 90	Jul 90	Ago 90	Out 90	Jan 91	Abr 91
Tarifa Média	28,86	26,46	16,36	15,47	18,32	18,45	17,93	17,29	18,15	9,73
Tarifa Máxima	40	40	24	24	24	24	24	24	22	22
Tarifa Mínima	5	0	0	0	5	5	5	5	0	0
Quantidade de posições										
Com Tarifa Máxima	2335	2311	3139	3020	3110	3113	3114	3821	9177	3808
Com Tarifa Mínima	849	777	783	1419	795	795	799	926	1946	5165
Total c/Tarifas Ad-valorem	10305	10331	10247	10247	10255	10257	10267	11123	11123	11745
Com direitos Específicos										
Único	117	104	102	100	104	60	52	43	17	0
Mínimo	2	25	225	225	225	268	274	281	262	0

Fonte: Damill e Keifman (1992)

A "liberalização" comercial – responsável pela maior exposição da indústria à concorrência internacional –, acrescida à persistência da sobre-valorização cambial e ao reaquecimento da demanda interna, resultou num aumento expressivo das importações realizadas. Este movimento pôde ser captado a partir da evolução do comportamento recente do Balanço de Pagamentos argentino. As importações argentinas se expandiram de US\$ 6,4 bilhões em 1990 para US\$ 25,1 bilhões em 1994. Como consequência, o Balanço Comercial argentino evoluiu de uma situação superavitária de US\$ 8,3 bilhões em 1990 para um déficit de US\$ 6,5 bilhões em 1994. Analisando mais detalhadamente a composição da pauta de importações para o período recente (Tabela 14), é possível caracterizar dois sub-períodos. O primeiro – compreendido entre 1990 e 1992 – é marcado pelo grande crescimento das importações de bens de consumo e veículos automotores, como resultado da intensa abertura comercial. Durante este sub-período, muitos produtores nacionais de bens de consumo fecharam suas instalações ou converteram-se em importadores. O segundo sub-período – compreendido entre 1993 e 1994 – mostra um crescimento expressivo das importações de bens de capital, como consequência do reaquecimento do processo de inversão, comandado por agentes que conseguiram sobreviver e reagir positivamente ao "choque de competitividade" promovido pela liberalização comercial. No que se refere especificamente às importações intra-regionais realizadas no âmbito do Mercosul, as informações disponíveis para os anos de 1993 e 1994 – apresentadas na Tabela 15 – apontam um crescimento bastante expressivo, destacando-se o crescimento das importações de bens de capital e bens intermediários.

TABELA 14 - EVOLUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES POR TIPO DE PRODUTO 1990-1994 (US\$ MILHÕES)

Tipo de Produto	1990	1991	1992	1993	1994 (jan-set)
Bens de Consumo	330,3 (8,1)	1.514,0 (18,3)	3.205,0 (21,6)	3.527,0 (21,0)	2.879,4 (18,1)
Bens Intermediários	2.069,1 (50,8)	3.419,0 (41,3)	4.742,0 (31,9)	5.066,0 (30,2)	4.588,4 (28,9)
Bens de Capital	635,6 (15,6)	1.435,0 (17,3)	3.095,0 (20,8)	4.115,0 (24,5)	4.414,7 (27,8)
Peças p/Bens de Capital	690,9 (16,9)	1.236,7 (14,9)	2.591,1 (17,4)	2.809,0 (16,7)	2.575,6 (16,2)
Combustíveis	315,9 (7,7)	452,0 (5,5)	415,8 (2,8)	386,0 (2,3)	456,3 (2,9)
Automóveis	11,7 (0,3)	202,2 (2,4)	792,9 (5,3)	849,0 (5,1)	927,7 (5,9)
Outros	23,1 (0,6)	17,0 (0,2)	29,9 (0,2)	34,0 (0,2)	28,7 (0,2)
Total	4.076,6 (100,0)	8.275,9 (100,0)	14.871,7 (100,0)	16.786,0 (100,0)	15.870,8 (100,0)

Fonte: Ministério da Economia (1994)

TABELA 15 - IMPORTAÇÕES REALIZADAS NO ÂMBITO DO MERCOSUL 1993-94 (US\$ MILHÕES)

Tipo de Bem	Jan-Set 1993	Jan-Set 1994	Var %
Bens de Capital	357,5	636,7	78,1
Bens Intermediários	1092,0	1394,5	27,7
Combustíveis	87,7	78,7	-10,3
Peças p/Bens de Capital	658,7	759,0	15,2
Bens de Consumo	498,5	575,7	15,5
Automóveis	304,5	350,7	15,2
Outros	5,9	2,8	-52,5
TOTAL	2983,9	3798,1	27,3

Fonte: Ministério da Economia (1994)

Como conseqüência das mudanças ocorridas na Balança Comercial, o Balanço em Conta Corrente como um todo evoluiu de um superávit de US\$ 4,5 bilhões em 1990 para um déficit de US\$ 7,3 bilhões em 1993 e de US\$ 10,0 bilhões em 1994 (Tabela 16). Até recentemente, o déficit em conta corrente vinha sendo mais do que compensado pelo saldo positivo da Conta de Capitais; assim, o resultado líquido desta conta evoluiu de um déficit de US\$ 1,1 bilhões em 1990 para um saldo expressivo de US\$ 11 bilhões em 1992 e de US\$ 10 bilhões em 1993-1994. Desse modo, o resultado global do Balanço de Pagamentos manteve-se positivo nos últimos anos. Entretanto, o expressivo crescimento das importações e a desaceleração do ritmo de entrada de capitais fizeram com que o saldo positivo se reduzisse em 1993. Neste ano, observa-se um resultado global do Balanço de Pagamentos positivo, da ordem de US\$ 2,5 bilhões; no ano anterior (1992), este saldo tinha sido de maior magnitude - aproximadamente US\$ 4,5 bilhões. Os dados preliminares relativos a 1994 apontam para a continuidade do processo de deterioração das contas externas, o que se reflete na ampliação do déficit em Conta Corrente (de aproximadamente US\$ 10 bilhões) e em um resultado global do Balanço de Pagamentos relativamente medíocre (da ordem de aproximadamente US\$ 500 milhões).

TABELA 16 - EVOLUÇÃO DO BALANÇO DE PAGAMENTOS ARGENTINO 1987-1994 (US\$ MILHÕES)

	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Balanço de pagamentos	-4.235	-1.532	-1.305	4.552	-647	-6.546	-7.363	-10.070
Conta Corrente	511	3.837	5.505	8.359	3.236	-3.448	-4.279	-6.535
Balança Comercial	8.140	11.143	11.759	14.796	14.382	14.794	15.766	18.575
Exportações *	7.629	7.306	6.254	6.437	11.146	18.242	20.495	25.110
Importações	2.319	3.430	-43	-1.173	3.276	11.095	9.911	10.694
Conta de capital	-2.213	1.921	-1.322	3.092	1.978	4.250	2.596	503
Reservas Internacionais (var)								

Obs: dados relativos a 1994 são preliminares
Fonte: CEPAL (1995)

A liberalização do movimento de capitais externos amplificou os impactos da absorção da liquidez externa, decorrente da disponibilidade de um grande montante de capitais especulativos no mercado financeiro internacional. O movimento de capitais contabilizado no Balanço de Pagamentos argentino expandiu-se de US\$ 1.476 milhões em 1990 para US\$ 13.098 milhões em 1992; como consequência, a participação destes recursos em relação ao PIB elevou-se de 2,4% em 1990 para 18,2% em 1992. Os dados mais recentes relativos ao setor externo são, porém, bastante preocupantes. As informações relativas a 1994 demonstram que, ao contrário dos anos anteriores, as entradas através da Conta de Capitais tendem a se tornar insuficientes para compensar o déficit em Conta Corrente, apontando para uma perspectiva de perda de reservas no médio prazo. É provável que este quadro desfavorável venha a se agravar com os desdobramentos da recente crise mexicana, e os impactos resultantes em termos do refluxo do movimento de capitais. Estes problemas são amplificados em função de dois fatores: (i) a forte dependência do processo de inversão industrial em relação à poupança externa⁶, devido às debilidades estruturais do sistema financeiro no que tange à concessão de financiamentos de longo prazo; (ii) o nível elevado das dívidas e dos depósitos mantidos por agentes nacionais em dólares, o que amplifica potencialmente os efeitos negativos de uma eventual crise cambial⁷.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando os efeitos do esforço de estabilização – implementado a partir do Plano de Convertibilidade – sobre a estrutura industrial argentina, é possível formular uma série de questionamentos relativos à sustentabilidade da trajetória de estabilidade a longo prazo. Os analistas que privilegiam um enfoque de economia industrial (Kosakoff, 1993 e Katz, 1993) ressaltam o papel de pressões conjunturais que se manifestam sobre a competitividade da indústria argentina. Estas pressões estão particular-

mente associadas ao comportamento da taxa de lucro, variável fundamental para a sustentação da demanda efetiva e para viabilizar programas de inversão indutores de uma reconversão da estrutura industrial. Em primeiro lugar, verifica-se que os ganhos de produtividade efetivamente obtidos decorrem, na maioria dos casos, do aumento do grau de utilização da capacidade, do disciplinamento da mão-de-obra e da incorporação pontual de inovações organizacionais, e não de um processo mais amplo de incorporação de progresso técnico, que tenha como referência as *best practices* internacionais. Em segundo lugar, a concorrência com produtos importados, resultante da abertura comercial, tende a restringir o mercado para a colocação de produtos da indústria e a impor um teto para a elevação do preço de seus produtos, afetando desfavoravelmente a rentabilidade dos produtores.

Em terceiro lugar, verifica-se uma tendência à modificação da estrutura de preços relativos, que afeta desfavoravelmente o setor industrial. No caso específico de bens *tradeables*, a sobre-valorização cambial afeta negativamente a rentabilidade dos produtores, conforme aponta a Tabela 17. Por outro lado, para o setor industrial como um todo, a ampliação do diferencial entre o crescimento mais reduzido dos preços industriais e o crescimento dos preços de serviços também afeta negativamente a rentabilidade dos produtores. Às pressões ocasionadas por modificações na estrutura de preços relativos, deve-se acrescentar pressões adicionais de custo, resultantes da reforma fiscal implementada. Nestas circunstâncias, a obtenção de uma rentabilidade minimamente satisfatória depende fortemente de dois fatores: (i) o controle estreito dos custos salariais, no intuito de compensar pressões na estrutura de custos que afetam a rentabilidade dos produtores; (ii) o aquecimento das vendas internas, capaz de compensar a menor taxa de lucro por meio da ampliação da massa de lucros, obtida com a colocação da produção no mercado. Além disso, a necessidade de obter-se recursos externos, via Conta de Capitais, resulta numa tendência à elevação das taxas de juros reais internas (ver Tabela 17), o que cria obstáculos adicionais à dinamização dos investimentos produtivos.

TABELA 17 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE CÂMBIO E DA TAXA DE JUROS NA ARGENTINA - 1987- 1994

	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Câmbio real ajust (85 = 100)	93,9	87,4	122,6	65,7	42,7	36,6	35,3	35,0
Câmbio real efet. Ms(85 = 100)	105,6	119,1	162,2	96,4	69,7	61,5	60,6	.
Câmbio real efet. Xs(90 = 100)	122,4	129,7	143,1	100,0	83,3	77,5	74,0	78,0
Tx Juros Reais Passivas	.	.	.	-25,2	-10,4	-3,8	3,4	4,3
Tx Juros Reais Ativas	.	.	.	81,9	43,6	12,5	14,3	17,2
Tx Juros Equiv. Moeda Estra.	.	.	.	138,0	-8,8	13,1	10,1	8,2

Em quarto lugar, observam-se sérios problemas no tocante à estrutura de financiamento das operações correntes do setor industrial. A necessidade de recomposição do crédito comercial, face aos impactos do plano de convertibilidade, é um problema que afeta seriamente a rentabilidade do setor empresarial. Basicamente, o alongamento do circuito comercial requer novas condições de financiamento, não disponíveis no mercado interno devido à desarticulação do sistema de intermediação financeira. Nestas circunstâncias, o setor empresarial tem procurado adequar suas estratégias de comercialização a esta debilidade estrutural, buscando fontes alternativas de financiamento. No tocante a este aspecto, três linhas de ação merecem ser destacadas: (i) a realização de acordos inter-empresas (entre clientes e fornecedores, por exemplo) para reduzir custos médios, a partir da definição de margens de lucro pactuadas; (ii) a reestruturação patrimonial baseada na fusão de empresas, visando dotá-las de maior porte econômico-financeiro; (iii) a racionalização das operações, baseada no aumento do conteúdo de insumos importados e na utilização do poder de comercialização das empresas para viabilizar a distribuição de produtos importados (a partir de acordos de representação com parceiros sediados no exterior). Consolida-se, desta forma, uma estratégia de recomposição da rentabilidade individual por meio da realização de importações (de insumos e produtos acabados), que não gera efeitos dinâmicos no plano inter-setorial, imprescindíveis ao crescimento da indústria. Por outro lado, no que se refere à busca de fontes adicionais de financiamento, destaca-se a tendência dos agentes recorrerem crescentemente ao endividamento em dólares para terem acesso ao crédito comercial, o que reforça a vulnerabilidade dos mesmos face à ameaça de flutuações cambiais.

Deve-se considerar, também, na análise da competitividade da indústria argentina, os impactos da imposição de uma nova "disciplina" no mercado de trabalho, assentada em uma flexibilização forçada das relações trabalhistas. Em rela-

ção aos níveis gerais de equidade, estes efeitos são bastante conhecidos: elevação pronunciada dos índices de desemprego aberto (que atingem 18% da força-de-trabalho); queda do salário real na indústria; alargamento expressivo dos níveis de dispersão salarial entre as diversas categorias profissionais; piora significativa do padrão de distribuição de renda; formação de uma camada de "novos pobres" urbanos (ver Tabela 18). Entretanto, existem indícios de que o incremento da competitividade da indústria e o enfrentamento das atuais dificuldades com as quais se defronta o programa de estabilização requerem uma mudança de perspectiva. Em primeiro lugar, os ganhos de produtividade, obtidos através da dispensa de mão-de-obra, da incorporação pontual de automação industrial e de novas técnicas organizacionais, já foram alcançados. Neste sentido, a melhoria dos índices de produtividade-qualidade – em um contexto de acirramento da concorrência devido à abertura comercial – demanda a intensificação de práticas cooperativas entre capital e trabalho, que somente podem ser viabilizadas num contexto de concessões mútuas, que contemple o repasse dos ganhos obtidos para os salários. Em segundo lugar, a própria dinamização das atividades de serviços – positivamente afetadas pela modificação da estrutura de preços relativos – abre oportunidades para incorporação de "novos pobres" colocados à margem do mercado de trabalho, desde que seja realizado um esforço de requalificação dessa parcela de mão-de-obra, para atividades com maior conteúdo informacional. Em terceiro lugar, observa-se que a própria sustentabilidade do esforço de estabilização requer a manutenção do impulso dinâmico do mercado interno como motor do crescimento da indústria. Neste sentido, é importante recompor o "círculo virtuoso" de expansão deste mercado, rompido pela interrupção dos repasses de ganhos de produtividade para o salário real.

TABELA 18 -EVOLUÇÃO DO DESEMPREGO E REMUNERAÇÕES REAIS 1991-1995

	1991	1992	1993	1994	1995 (Jun)
Desemprego Aberto	6,9	6,9	9,9	10,8	18,6
Rem. Média Real (1990=100)	99,3	102,4	101,0	102,3	101,0
Sal. Real Indústria (85 = 100)	90,1	88,3	87,2	87,1	86,7

Fonte: CEPAL (1995)

Um outro tipo de discussão refere-se à articulação existente entre estabilidade macroeconômica e a sustentabilidade de um novo ciclo de crescimento. Neste caso, observa-se que a efetivação das "reformas estruturais", implícitas no diagnóstico do programa de estabilização, não é, por si só, suficiente. A suposição de que é possível avançar naturalmente, no sentido de uma trajetória de estabilidade macroeconômica compatível com um crescimento auto-sustentado, desconsidera determinados fatores que afetam o comportamento da taxa de investimento, variável-chave para viabilização desta trajetória. Um primeiro fator refere-se às condições de financiamento vigentes no interior do sistema econômico. Quanto a este aspecto, é importante reconhecer a debilidade estrutural das condições de financiamento da economia argentina. Por um lado, observa-se uma forte desarticulação entre as instituições responsáveis pelo processo de intermediação financeira; por outro, verifica-se uma forte dependência em relação a uma poupança externa extremamente volátil, internalizada a partir dos fluxos de capitais. Face a estas deficiências, os agentes econômicos tendem a privilegiar a utilização de recursos próprios no financiamento de programas de inversão, o que é suficiente para viabilizar processos pontuais de modernização, mas não para alavancar projetos de expansão de capacidade e/ou de reciclagem tecnológica mais ampla do parque industrial.

Um segundo fator a ser considerado associa-se à natureza das expectativas que respaldam as decisões de investimento dos agentes econômicos. A sustentação de uma aparente estabilidade macroeconômica não é, por si só, suficiente para a consolidação de um *animal spirits* empreendedor. Na verdade, enquanto não forem equacionados determinados elementos que reforçam a "incerteza estrutural" do sistema econômico, os agentes tenderão a conservar uma preferência pela "flexibilidade" que reforça estratégias defensivas indutoras de um baixo nível de inversão. É possível identificar um elemento de crucial importância para a redução da incerteza estrutural que resulta na deterioração das expectativas dos agentes econômicos e no atraso dos programas de inversão: a visualização de uma estratégia de crescimento coerente no longo prazo, que sinalize objetivos e prioridades capazes de orientar os programas de inversão.

Este elemento remete a discussão para um aspecto colocado relativamente à margem do debate que tem orientado as ações dos *policy makers* envolvidos no esforço de estabilização: a relevância da política industrial. A revitalização do papel da política industrial supõe que a sustentabilidade a longo prazo de qualquer modelo de industrialização que venha a ser adotado não pode prescindir do efeito sinalizador de políticas públicas indutoras do aumento da competitividade da indústria. Segundo Kosacoff (1993), esta política industrial deve considerar o marco da estabilidade macroeconômica como requisito fundamental, incorporando como orientações gerais a atualização tecnológica da indústria, a eliminação ou correção de distorções que resultam em "falhas" de mercado e a adoção de um enfoque de "competitividade sistêmica" que privilegie a busca de vantagens competitivas dinâmicas relacionadas a fenômenos de aprendizado e capacitação. Como objetivos específicos a serem considerados nas ações de política industrial, é possível destacar: (i) o avanço na direção de produtos com maior grau de diferenciação e um maior valor agregado; (ii)

a articulação de redes (*networks*) produtivas, baseadas na intensificação da cooperação intra e inter-industrial; (iii) a incorporação de uma "lógica industrial" à análise dos desdobramentos do processo de privatização e da reestruturação patrimonial dos grandes grupos econômicos; (iv) o aprofundamento das políticas "horizontais" de difusão de progresso técnico, enfatizando a qualificação dos recursos humanos e a articulação de um "sistema nacional de inovação" minimamente estruturado. De maneira alcançar estes objetivos, as ações de política industrial deveriam privilegiar os seguintes princípios de operacionalização: (i) a definição de um elenco coerente de prioridades setoriais orientadoras das ações; (ii) a reestruturação e coordenação do aparato governamental responsável pela implementação das ações; (iii) a implementação de políticas ativas, baseadas num sistema de prêmios e na cobrança de resultados; (iv) a geração de efeitos propulsores relacionados à provisão de externalidades positivas (educação, sistemas de normalização, etc.). Para dar conta destas necessidades, dois requisitos devem ser satisfeitos. O primeiro deles contempla o reestabelecimento da viabilidade econômico-financeira do Estado, principalmente no que se refere à sua capacidade de inversão. O segundo requisito envolve o estabelecimento de um consenso mínimo sobre o rol e o alcance das políticas públicas (globais e setoriais), visando a definição de um elenco coerente de prioridades.

NOTAS

1. Segundo dados apresentados por Kosacoff (1993), a participação da indústria no PIB argentino atinge um máximo no período 1960-69 - com valor médio de 28,18% - decaindo nos períodos subsequentes, de tal maneira que no período compreendido entre 1980-90, este valor médio atinge 23,60%. Miotti (1994) ressalta, porém, a recuperação do crescimento industrial no período mais recente, de tal forma que a participação da indústria no PIB argentino eleva-se para 27% em 1992.
2. O próprio processo de reestruturação industrial - que ocorre em paralelo à imposição de um novo regime flexível de relações de trabalho - contribuiu fortemente para a deterioração dos indicadores de salário e emprego, revestindo-se de um viés nitidamente regressivo. Neste sentido, quatro fatores adicionais associados ao processo de reestruturação industrial podem ser destacados. Em primeiro lugar, o crescimento mais rápido de indústrias intensivas em capital e recursos naturais - que comandam a dinâmica de reestruturação - por si só contribui para reduzir os níveis globais de emprego. Em segundo lugar, o reforço da heterogeneidade estrutural da indústria, tanto no nível setorial como empresarial, resultou no alargamento dos níveis de dispersão salarial entre diversos ramos de atividades, e mesmo entre as diferentes firmas de um mesmo ramo. Em terceiro lugar, o processo de modernização produtiva, baseado na incorporação pontual de automação industrial e de novas técnicas organizacionais poupadoras de mão-de-obra, também teve reflexos em termos da deterioração de indicadores de salário e emprego. Finalmente, em quarto lugar, a vulnerabilidade da indústria nacional face à concorrência de produtos importados, num contexto de sobre-valorização cambial, reforça a importância do controle dos custos salariais, que converte-se em instrumento de sustentação da rentabilidade face à impossibilidade de aumentar os preços internos devido ao teto representado pelo preço das importações.
3. Vale lembrar, que a indústria nacional de bens de capital já se encontrava, à esta época, praticamente desmantelada, o que reforça o direcionamento para o exterior do impulso dinâmico associado à retomada de investimentos.
4. Outra evidência da intensificação da entrada de capitais é o comportamento dos principais indicadores da Bolsa de Valores de Buenos Aires. O valor transacionado nesta Bolsa, por exemplo, atingiu mais de 20% do PIB em 1992
5. Para uma síntese das experiências em termos de programas de estabilização implementados na Argentina, ver Bouzas (1993) e Damil e Keifman (1992).

6. A poupança externa atingia no primeiro semestre de 1994, aproximadamente 3,4% do PIB, desempenhando um papel crucial no sentido de financiar uma taxa de inversão da ordem de 20% do PIB.

7. A título de ilustração, cabe observar que os empréstimos em moeda estrangeira atingiam, em agosto de 94, um montante de 29,4 bilhões de pesos, para um montante total de empréstimos concedidos da ordem de 57 milhões de pesos; por outro lado, os depósitos em dólares mantidos por agentes nacionais atingiam, em outubro de 1994, aproximadamente US\$ 21,1 bilhões, enquanto o valor de M2 no mesmo período limitava-se a 31,4 bilhões de pesos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Beccaria, Luis "Distribucion del ingreso en la Argentina: explorando lo sucedido desde mediados de los setenta", *DesarrolloEconómico*, v.31, no 123, octubre-diciembre, 1991
- Bisang, Roberto e Kosacoff, Bernardo "Las exportaciones industriales en una economia en transformacion: las sopresas del caso argentino - 1971/90", in "El desafio de la competitividad: la industria argentina in transformación", Alianza Editorial, 1993
- Bouzas, Roberto "Mas alla de la estabilizacion y la reforma? Un ensaio sobre la economia argentina a comienzos de los '90" , *Desarrollo Economico*, vol 33, no 129, abril-junio, 1993
- CEPAL, Estudio Economico de America Latina y el Caribe 1992, Vol I e II, Naciones Unidas, Santiago de Chile, 1994
- CEPAL, Estudio Economico de America Latina y el Caribe 1993, Vol I, Naciones Unidas, Santiago de Chile, 1994
- Damill, Mario e Keifman, Saúl "Liberalización del Comercio en una Economia de Alta Inflación: Argentina 1989-91", *Pensamiento Iberoamericano*, no 21, pp 103-127, 1992
- Damill, Mario; Fanelli, Jose Maria; Frenkel, Roberto; Rozenwurcel, Guillermo, "Crecimiento economico en America Latina: experiencia reciente e perspectivas", *Desarrollo Económico*, vol 33, no 130, julio-septiembre, 1993

- X Fanelli, Jose Maria e Frenkel, Roberto "Estabilidad y Estructura: Interacciones en el Crecimiento Economico", mimeo, CEDES, Buenos Aires, mayo, 1994
- Frias, Pedro "Federalismo y reforma del Estado en Argentina", Contribuciones, no 4, 1993
- Gatto, Francisco "La transformación estructural de la economía argentina a comienzos de los años 90", Revista Nova Economia, FEA-UFMG, vol 3, no 1, setembro, 1993
- ✓ Katz, Jorge "Organization industrial, competitividad internacional y politica publica", in "El desafio de la competitividad: la industria argentina in transformación", Alianza Editorial, 1993
- ✓ Kosacoff, Bernardo "La industria argentina: un processo de reestruturacion desarticulada", in "El desafio de la competitividad: la industria argentina in transformación", Alianza Editorial, 1993
- ✓ Kosacoff, Bernardo e Bezchinsky, Gabriel "Nuevas estrategias de las empresas transnacionales en la Argentina", in "El desafio de la competitividad: la industria argentina in transformación", Alianza Editorial, 1993 (também impresso em Revista de la Cepal, no 52, abril, 1994)
- Miotti, Luis "Trajectoires Nationales: Croissance, Crises et Transformations Recentes - Argentine", Séminaire Trajectoires Nationales et Régulation en Amérique Latine", CEPREMAP-EHESS-INEAL-MSH, Paris, 12-13 septembre, 1994
- Nochteff, Hugo "Reestruturación industrial en la Argentina: regression estructural e insuficiencias de los enfoques predominantes", DesarrolloEconómico, v.31, no 123, octubre-diciembre, 1991.
- Rozenwurcel, Guillermo "La evolucion de la economia argentina a partir del plan de convertibilidad", Conferência Brasil e Argentina - Parceria para os anos noventa, FEA-USP, São Paulo, 27 de janeiro, 1992
- Schvarzer, Jorge "Paradoxes of Argentiniam Under-Development", Economies et Societes, no 6, 1995

ÚLTIMOS TEXTOS PUBLICADOS

355. BRITTO, Jorge. Cooperação Inter-Industrial e Redes de Sub-Contratação: uma Análise do Modus Operandi das Relações de Parceria. Rio de Janeiro: UFRJ/IE, 1996 (54 pág.)
354. STUART, Rogério. O retorno dos fluxos de capital privado e o desenvolvimento econômico: questões teóricas face e uma conjuntura internacional adversa. Rio de Janeiro: UFRJ/IE, 1995. (45 pág.)
353. FAGUNDES, Jorge. As telecomunicações no Brasil: uma agenda para as políticas públicas. Rio de Janeiro: UFRJ/IE, 1995. (63 pág.)
352. FIORI, José Luís. Social liberalismo: bússola quebrada de Fernando Henrique Cardoso. Rio de Janeiro: UFRJ/IE, 1995. (23 pág.)
351. FIORI, José Luís. Tulipas, moedas e reformas: Três meses do governo FHC. Inclui os textos: "Que horas são?" e "Em busca do dissenso perdido". Rio de Janeiro: UFRJ/IE, 1995. (30 pág.)
350. HERMANN, Jennifer. Sistema de Pagamentos, Endogeneidade da Moeda e Papel do Banco Central. Rio de Janeiro: UFRJ/IE, 1995. (39 pág.)
349. SOTOMAYOR, Marilda. Mecanismos de admissão de candidatos à instituições; modelagem e análise à luz da teoria dos jogos. Rio de Janeiro: UFRJ/IE, 1995. (47 pág.)
348. OLIVEIRA, Adilson de. Innovation and energy conservation: eletric motors in Brazil. Rio de Janeiro: UFRJ/IE, 1995. (44 pág.)
347. POSSAS, Mario Luiz. Política antitruste: enfoque shumpeteriano. Rio de Janeiro: UFRJ / IE, 1995. (40 pág.)
346. FAGUNDES, Jorge. Poder de compra do Estado e Competitividade; implicações para a política. Rio de Janeiro: UFRJ / IE, 1995. (46 pág.)